



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

**ORDEM DO DIA
PARA A 67ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Votação adiada - Projeto de lei nº 145, de 2022, de autoria do deputado Delegado Olim e outros. Estabelece procedimentos para os serviços de entrega no Estado. Com substitutivo. Parecer nº 884, de 2022, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos do Consumidor e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao substitutivo.

2 - Discussão e votação - Projeto de resolução nº 44, de 2023, de autoria do deputado Maurici. Institui e regulamenta os "Grupos de Amizade entre Nações". Pareceres nºs 72, 1702 e 1868, de 2024, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, e da Mesa, favoráveis.

3 - Discussão e votação - Projeto de resolução nº 24, de 2024, de autoria da Mesa Diretora. Altera dispositivos da Resolução nº 783, de 01 de julho de 1997, e da Resolução nº 822, de 14 de dezembro de 2001. Parecer nº 1871, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 55, de 2024, de autoria da Mesa Diretora. Altera a Lei Complementar nº 1.402, de 19 de junho de 2024. Parecer nº 1869, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 56, de 2024, de autoria da Mesa Diretora. Institui o Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI para servidores efetivos ou estáveis da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e dá outras providências. Parecer nº 1870, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças,

Orçamento e Planejamento, favorável com emenda. Parecer nº 1872, de 2024, da Mesa, favorável à emenda.

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 835, de 2019, de autoria do deputado Thiago Auricchio. Permite a entrada de alimentos ou bebidas levadas pelo consumidor a cinemas, teatros, parques de diversão e eventos esportivos ou de entretenimento em geral. Pareceres nºs 1616, de 2019, 461, de 2023, e 955, de 2024, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos do Consumidor e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

7 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 426, de 2021, de autoria do deputado Agente Federal Danilo Balas. Estabelece a validade dos acordos, parcerias, termos de adesão ou outras formas de pactuação realizadas entre os Municípios do Estado, independentemente da criação de Regiões Metropolitanas. Pareceres nºs 54, de 2023, e 1879, de 2024, respectivamente, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Reunião Conjunta das Comissões de Saúde, de Assuntos Metropolitanos e Municipais e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

8 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 470, de 2021, de autoria do deputado Barros Munhoz. Inclui no Calendário Oficial do Estado o Festival de Inverno de Mogi Mirim. Pareceres nºs 1184, de 2021, 896, de 2023, e 1882, de 2024, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Turismo e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

9 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 885, de 2021, de autoria do deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. Obriga as operadoras de planos de assistência à saúde reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS a informar, na fatura de cobrança, os itens que compõem o valor da contraprestação financeira e veda a recusa em ofertar a venda de planos de saúde aos consumidores pessoa física. Pareceres nºs 694, de 2022, 1571, de 2023, e 1712, de 2024, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos do Consumidor e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

10 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 624, de 2023, de autoria do deputado Luiz Claudio Marcolino. Institui mecanismo de controle do patrimônio público, dispondo sobre provisões de encargos trabalhistas a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, no âmbito dos Poderes Públicos do Estado. Pareceres nºs 629 e 1559, de 2023, e 1883, de 2024, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações do Trabalho e de Finanças,

Orçamento e Planejamento, favoráveis.

11 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 714, de 2023, de autoria dos deputados Rodrigo Moraes e Carlos Giannazi. Estabelece o prazo de validade do laudo e perícia médica que atestam deficiências de caráter permanente no Estado. Pareceres nºs 971 e 1276, de 2023, e 380, de 2024, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

12 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 909, de 2023, de autoria do deputado Marcio Nakashima. Institui programa de acompanhamento psicológico, social e jurídico às mulheres vítimas de violência doméstica e seus familiares. Parecer nº 490, de 2024, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 1877, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Defesa e dos Direitos das Mulheres e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável com substitutivo.

13 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 102, de 2024, de autoria da deputada Ana Perugini. Inclui a Economia do Cuidado no sistema de contas estaduais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do Estado para definição e implementação de políticas públicas. Parecer nº 1881, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa e dos Direitos das Mulheres e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

14 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 268, de 2024, de autoria do deputado Paulo Mansur. Revoga o artigo 21 e acrescenta o artigo 51-A na Lei nº 8.900, de 29 de setembro de 1994, que dispõe sobre a colocação de anúncios em terrenos adjacentes às estradas de rodagem estaduais. Parecer nº 1885, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Transportes e Comunicações e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável com substitutivo.

15 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 343, de 2024, de autoria da deputada Dani Alonso. Institui a Política Estadual de Conscientização e Atenção Integral à Saúde das Mulheres no Climatério e na Menopausa. Parecer nº 1874, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

16 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 395, de 2024, de autoria do deputado Alex Madureira. Inclui as pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) nos grupos que têm direito à preferência de fila de atendimento em

estabelecimentos públicos e privados no Estado, devendo os estabelecimentos inserirem o símbolo mundial de conscientização do TEA nas placas de atendimento prioritário. Parecer nº 1878, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

17 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 489, de 2024, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na Comarca de Bertioga. Parecer nº 1884, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

18 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 491, de 2024, de autoria do deputado Emídio de Souza. Cria a "Carteira de Medicamentos" destinada ao registro de fármacos prescritos aos usuários do serviço de saúde, no Estado. Parecer nº 1876, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável com substitutivo.

19 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 726, de 2024, de autoria dos deputados Oseias de Madureira e Rafa Zimbaldi. Estabelece o direito à vacinação domiciliar para as pessoas com autismo. Parecer nº 1875, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável com substitutivo.